



VII.Exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário Executivo.

Parágrafo Único: O Diretor do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte deverá designar o Conformista do Registro de Gestão, Gestor Financeiro e Conformista Contábil no âmbito da Secretaria Executiva e da competência do Departamento de Incentivo e Fomento ao Esporte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO AVELINO B. VEIRA

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 25, DE 7 DE MARÇO DE 2017

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 54, de 22 de fevereiro de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto-Lei nº 2.398/87, de 21 de dezembro de 1987, bem como nos elementos que integram os processos nº 04905.001632/2016-23 e nº 04905.000749/2017-71, resolve:

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 7 de março de 2017

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntário:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46219.011106/2014-98	203790812	Serasa S.A.	SP
Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46219.009517/2012-51	506.604.934	JSL S.A.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

Em 31 de janeiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46000.006834/2013-52
Entidade	Sindicato das Empresas de Locação, Distribuição, Exploração e Exibição de Mídia e Jogos Eletrônicos do Distrito Federal - Sindevideo/DF
CNPJ	37.115.888/0001-18
Fundamento	NT 2217/2016/CGRS/SRT/MTb

Em 23 de fevereiro de 2017

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art. 27 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46377.000126/2013-30
Entidade	Sindicato do Comércio Varejista de Guarujá e Distrito de Vicente de Carvalho
CNPJ	17.964.485/0001-36
Fundamento	NT 2319/2016/CGRS/SRT/MTb

Processo	46215.023248/2013-57
Entidade	SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DO AÇO
CNPJ	34.046.391/0001-05
Fundamento	NT 2320/2016/CGRS/SRT/MTb

Processo	46219.000810/2014-15
Entidade	SINAESP - Sindicato da Indústria de Abrasivos dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Pernambuco
CNPJ	62.300.421/0001-95
Fundamento	NT 2323/2016/CGRS/SRT/MTb

Art. 1º Autorizar à Empresa SEABRAS 1 BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.289.520/0001-69, a realizar obra no Município de Praia Grande, Estado de São Paulo.

Art. 2º A presente autorização se refere a ações necessárias para a instalação de canteiro e obras de escavação para implantação da estrutura de passagem do Sistema SEABRAS-1, a ser realizada na praia do Bairro Mirim, entre as ruas Manoel Fernandes Vicente e Humorista Manoel de Nobrega - Coordenadas geográficas - 24º02'17.79"S e 046º29'44.68"W, área delimitada conforme Planta Área de Instalação na Praia - SEI nº 2828459, correspondente a 50 metros de ambos os lados da rota do cabo ótico.

Art. 3º É fixado o prazo de 60 dias, a contar da data da publicação deste ato autorizativo, para que se cumpra o objetivo previsto no art. 2º.

Art. 4º A presente autorização não implica transferência de posse ou domínio, trata-se de ato precário, revogável a qualquer tempo, vedado o início das atividades ou qualquer tipo de ocupação antes da outorga da cessão em perspectiva.

Art. 5º O início das obras fica condicionado à obtenção pela empresa de licenças e alvarás necessários à execução do empreendimento, de acordo com a legislação e regulamentos aplicáveis.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46266.002456/2012-36	23850760	JSL S.A.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.006646/2013-63	201348896	Grupo CRM Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	MG
2	46219.009519/2012-41	23573392	JSL S.A.	SP

O Coordenador-Geral de Recurso da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "c", anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004, art. 5º art. 161 da CLT e Portaria MTE nº 1719/2014 decidiu os processos de interdição nos seguintes termos:

Negando provimento, mantendo a decisão regional que decretou a interdição.

Nº	PROCESSO	Termo de Interdição	EMPRESA	UF
1	46214.000396/2017-37 (46214.000579/2017-52)	30461001/17	Madetel Madeireira Teresina Ltda.	PI
2	47556.000038/2017-16	30287223012017	Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.	SP

CLAUDIO SECCHIN

Técnica 1604/2016/CGRS/SRT/MTb, publicada no DOU n.º 184, Seção 1, página 68, de 23/09/2016, que cancelou o registro sindical da FEC-BA - Federação Intermunicipal dos Sindicatos de Empregados no Comércio de Bens e de Serviços no Estado da Bahia, CNPJ 11.849.225/0001-33, Processo 46204.012438/2010-25 e RESTABELECER o Registro Sindical da FEC-BA - Federação Intermunicipal dos Sindicatos de Empregados no Comércio de Bens e de Serviços no Estado da Bahia, CNPJ 11.849.225/0001-33, Processo 46204.012438/2010-25.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, determina a suspensão do registro sindical do Sindicato dos Funcionários e Servidores Públicos Municipais de Anápolis (CNPJ 03.017.657/0001-50), nos moldes do art. 33, IV da Portaria 326/2013.

Em 8 de março de 2017

Em cumprimento a Decisão Judicial exarada no Processo n.º 0000463-40.2016.5.10.0013, procedente da 13ª Vara do Trabalho de Brasília/DF, Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região determinado análise do processo, o Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com respaldo no art.26 da Portaria 326/2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado:

Processo	46262.004147/2014-01
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral, Auxiliares na Administração de Armazéns Gerais e Logística Integrada no Grande ABC
CNPJ	21.147.125/0001-19
Fundamento	NT 142/2017/GAB/SRT/MTb

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 153/2017/GAB/SRT/MTb, resolve: ANULAR a publicação do Diário Oficial da União - DOU de 12/05/2016, Seção I, p. 205, nº 90, que INDEFERIU o Pedido de Registro Sindical, e PUBLICAR o Pedido de Registro Sindical n.º 46285.001295/2012-35, de interesse do Sindicato dos Empregados no Comércio de Campos Sales e Região, para representar a Categoria Profissional dos Empregados e Empregadas em estabelecimentos comerciais varejistas, atacadistas e intermediários de artigos de vestuário, de artigos usados, de balas, bombos, chicletes, chocolates, de bebidas, de calçados, artigos de couro e viagem, de produtos do